

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 8 DE OUTUBRO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSOES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quíelise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quíelise Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélis Guimarães Sotito-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quíelise Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 669-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.771-73, de 06 de setembro de 1973, deste Poder

RESOLVE:

I — atribuir ao funcionário Antonio Carlos Duarte, ora à disposição deste Poder, gratificação de função correspondente ao símbolo F-5 por estar exercendo as funções de Motorista no Gabinete da 1.ª Secretaria a partir de 06 de setembro de 1973; e,

II — autorizar na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174 de 16 de novembro de 1970, o funcionário acima citado a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos a partir de 06 de setembro de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 5 de outubro de 1973.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 670-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.631-73, de 03 de setembro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

I — mandar retificar o Decreto Legislativo n.º 148-66, de 05.04.66, para declarar que a licença especial pelo mesmo concedida a Nicanor Vasconcellos Souza, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Assistente Técnico, da Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, corresponde ao primeiro decênio, está compreendida entre 29 de novembro de 1947 e igual data de 1957, e não como consta naquele ato;

II — mandar contar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16.11.1970, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar;

III — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da mesma Lei, ao seu acervo de serviço público, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo decênio compreendido entre 29 de novembro de 1957 e 29 de maio de 1967, antecipado em razão das férias referentes aos anos de 1964, 1965 e 1966, contadas em dobro; e,

IV — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mencionada Lei, a partir de 04 de abril de 1971, data em que, em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio, completou vinte e cinco (25) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%).

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 5 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 671-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.833-73, de 10 de setembro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Francisco Taborda Ribeiro, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, perfazendo um total de quinze por cento (15%), a partir de 29 de abril de 1972, data em que completou quinze anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto no Art. 170, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 5 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 672-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.588-73, de 03 de setembro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de Armando Soichi Iwaya, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de 06 (seis) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 19 de agosto de 1969 e 19 de junho de 1973, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias referentes aos anos de 1969, 1970, 1971 e 1972, contadas em dobro; e,

II — conceder o adicional de mais 5% (cinco por cento) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da mesma Lei, a partir de 16 de setembro de 1973, data em que, em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio, completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de 10% (dez por cento)

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 5 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 673-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.986-73, de 21 de março de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º

6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Tabajara Martins, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 5 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 674-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.986-73 de 21 de março de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

atribuir a Tabajara Martins, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, gratificação de função, correspondente ao símbolo F-5, por estar exercendo as funções de Motorista no Serviço Médico da Casa, a partir de 1.º de abril de 1973.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 5 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 675-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.926-73, de 12 de setembro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Edouard Elias Thomé, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Secretário de Comissão do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 5 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 676-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.892-73, de 12 de setembro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Aurora Ribeiro Gonçalves, ocupante do cargo de nível PL "14", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) mês, correspondente ao dobro de quinze (15) dias de férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Gamern.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 5 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 677-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.856-73, de 11 de setembro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

I — revogar o Decreto Legislativo n.º 506-73, de 02 de julho de 1973, que autoriza o funcionário Gerson Evangelista Passos a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de outubro de 1973; e,

II — autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária Neila Milani, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de outubro de 1973.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 5 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 678-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.350-73, de 27 de agosto de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, com fundamento no Art. 128, Inciso VIII, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a Antonio Cecy, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, licença para assumir cargo em Comissão no Banestado S.A., a partir de 23 de agosto de 1973, sem onus para este Poder.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 08 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 104.ª Sessão Ordinária
Realizada em 8 de Outubro de 1973
(Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Olavo Ferreira.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (37); anexoando-se ausentes os Srs. Deputados Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Domicio Scaramella — Ivo Rocha — João Fadel — Paulo Poli e Wilson Brandão (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte E X P E D I E N T E :

OFÍCIOS:

Sob os n.ºs. 276, 277 e 278-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs.:

157-73: — Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 69-73, que objetiva elevar os vencimentos dos cargos efetivos e em Comissão e Funções gratificadas dos quadros do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e, ainda os do Tribunal de Contas e dos Integrantes da Polícia Militar do Estado, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.460. — *Agradeça-se.*

79-73: — Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 45-73, que objetiva fixar novos vencimentos mensais dos cargos em comissão de dirigentes de Autarquia e Departamentos Autônomos, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.461. — *Agradeça-se.*

72-73: — Do Senhor Deputado Jorge Sato que denomina "Sanatório Noel Neteis", o atual Sanatório de tuberculose da cidade de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.462. — *Agradeça-se.*

Sob o n.º 464-73 do Senhor Juvenal Carvalho Rocha, Presidente em exercício da Câmara Municipal de União da Vitória, comunicando que em atendimento à sugestão da Câmara Municipal de Rolândia, endossa as reivindicações que aquela Edilidade faz em prol do professor suplementarista de nosso Estado. — *Ao conhecimento da Casa.*

Sob o n.º 949-73, do Senhor Heitor Ravedutti, Presidente da Câmara Municipal de Santo Antonio da Platina, endossando a reivindicação da Câmara Municipal de Rolândia, solicitando promover a definição do regime jurídico dos professores suplementaristas, reconhecendo-lhes tranquilidade em sua função educativa e concretizando a estabilidade aos que a ela fizeram jus. — *Ao conhecimento da Casa.*

Sob o n.º 191-73, do Senhor Luiz Geraldo Vasconcelos Araújo, comunicando que aquele Legislativo Municipal solicita, em regime de todos os seus membros, para intercederem junto ao Governador do Estado que sejam incluídos no novo Estatuto do Magistério, a profissionalização, em regime jurídico dos professores suplementaristas do Estado. — *Ao conhecimento da Casa.*

Sob o n.º 88-73, do Senhor Vereador Artur Gomes Machado, Presidente da Câmara Municipal de Castro, remetendo cópia da Ata da Sessão Solene, comemorativa ao Centenário de nascimento de Alberto Santos Dumont. — *Ao conhecimento da Casa.*

TELEGRAMAS:

Do Senhor Deputado Zany Gonzaga, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, nos seguintes termos:

Assembleia Legislativa Santa Catarina vg acolhendo proposição Senhor Deputado Celso Costa vg honra-se levar conhecimento Vossência texto telegráfico remetido Senhores Presidente República vg Ministros Fazenda et Interior et Presidente Banco Central BIPT Assembleia Legislativa Estado Santa Catarina vg acolhendo referida Proposição vg apela Vossência sentido Banco Regional Desenvolvimento vg véspera extinção vg seja conservado toda sua estrutura vg funcionando como Agente Financiador SUDESUL vg exemplo vem acontecendo Banco Amazonia et Banco Nordeste relação SUDAN et SUDENE pt Oportunidade venha ela efetivar-se pt Cordiais Saudações. — *Ao conhecimento da Casa.*

OFÍCIO:

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Ofício n.º 1255/73-Gab.

Presidência

Curitiba, 4 de outubro de 1973.

Senhor Presidente:

Extremamente honrado pelo convite que foi feito à Presidência do Tribunal de Contas do Paraná, através do ofício n.º SC/2294/73, de 1.º de outubro corrente, para proferir palestra nessa Egrégia Assembleia Legislativa, sobre as atividades desta Corte, no plano Estadual, tenho a satisfação de comunicar a Vossa Excelência que a data de 24 próximo seria ideal para este acontecimento, para a qual solicita a gentileza de confirmação, inclusive do horário.

Nesta oportunidade, Senhor Presidente, rogo-lhe transmitir ao ilustre Deputado Maurício Fruet o meu agradecimento opessoal, extensivo a todos os integrantes dessa Casa, pela significativa homenagem, que bem atesta o entrelaçamento existente entre esse Poder e o Tribunal de Contas.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos de alta consideração.

(a) — Rafael Iatauro

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência para as Proposições n.ºs. 223-73 e 224-73.

— de autoria do Senhor Deputado Luiz Roberto Soares, solicitando inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão, do Projeto de Lei n.º 144-73, que dá nova redação ao artigo 1.º, parágrafo único da Lei n.º 54-63.

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

Embora residindo em Rolândia, onde por muitos anos exerceu as funções de Coletor Federal, o Senhor Armando Lago Albuquerque vinha ocupando há algum tempo o cargo de chefe do Posto da Receita Federal de Arapongas.

Cidadão de conduta ilibada, funcionário público dos mais capazes e de reconhecida exatidão no trato de suas elevadas funções, o Sr. Armando Lago Albuquerque tornou-se credor da admiração e do respeito dos seus concidadãos.

Daí a profunda consternação que causou especialmente, nas sociedades de Arapongas e Rolândia, a notícia do acidente fatal que envolveu a vida de Armando Lago Albuquerque, registrado no último dia 6.

A vista do exposto, pede a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, com aprovação do Plenário, de um voto de profundo pesar, pelo infame acontecimento que, prematuramente, tolheu a vida de Armando Lago Albuquerque.

Outrossim, pede que do presente se dê conhecimento a ilustre família entulada, ao Delegado da Receita Federal do Paraná, às Câmaras de Vereadores e aos Prefeitos Municipais de Arapongas e Rolândia.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 1973.

(a) — Muggiati Filho

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de hoje de um voto de pesar pelo falecimento, ocorrido ontem, do jornalista Milton Camargo de Oliveira.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa à família entulada.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1973.

(a) — Maurício Fruet

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário, requer, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Governador Emílio Gomes, tendo em vista a Mensagem n.º 84-73, enviada a esta Casa e dada ao conhecimento do Plenário na Sessão do dia 5 do corrente, através do Deputado Ivo Thomazoni, Líder do Governo, cuja Mensagem objetiva normalizar a situação dos servidores faturados.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1973.

(a) — Nelson Buffara

JUSTIFICATIVA:

Aproximadamente, já quatro anos atrás, fomos precursores desta campanha em favor dos servidores contratados ou faturados e que se encontravam marginalizados no que concerne a assistência social e outros benefícios a que tem direito todo o servidor público, e que hoje culmina com as providências adotadas pelo Governador Emílio Gomes, ao enviar a esta Casa a Mensagem n.º 84-73, pela qual os referidos servidores terão a sua situação definida e a estabilidade no futuro, já que passam a desfrutar dos benefícios de assistência proporcionados pelo Instituto de Previdência do Estado, bem como repouso remunerado, licença, férias, salário família e aposentadoria.

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de regozijo, pelo transcurso nesta data do 61.º aniversário do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná.

Originando-se da Sociedade Teuto-Brasileira de Bombeiros Voluntários, fundada em 1897, o Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná foi criado em 23 de março de 1912, depois que o Congresso Legislativo sancionou a Lei 1.133. No dia 8 de outubro de 1912, o major Fabriciano do Rego Barros, primeiro comandante da corporação, do soldado-bombeiro e particularizando as suas virtudes profissionais e os requisitos exigidos para o desenvolvimento e desempenho das missões impostas pela coletividade.

O primeiro incêndio socorrido pelo Corpo de Bombeiros de Curitiba foi o da Fábrica de Fósforos Pinheiro, situada no Bairro do Batel e que não dispunha de nenhuma instalação preventiva. O Louvor ao Capitão Manoel José Nogueira estendeu-se a todos os oficiais e praças da corporação através da Ordem do Dia de 8 de novembro de 1912, exatamente um mês após a instalação oficial do Corpo de Bombeiros.

Outrossim, requer ainda, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa aos Comandantes da Polícia Militar do Estado e do Corpo de Bombeiros cumprimentando oficiais, sub-oficiais e praças pela passagem de tão significativa data.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1973.

(a) — Maurício Fruet

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

A data que hoje transcorre, 8 de outubro, é das mais gratas para o Paraná. É que assinala a passagem do 61.º aniversário de criação de um dos mais importantes serviços de utilidade pública da Administração Estadual, qual seja o Corpo de Bombeiros, órgão integrado à gloriosa Polícia Militar do Estado.

Essa tradicional e querida corporação militar, pelos relevantes e assinalados serviços que tem prestado, e continua prestando à comunidade para-

naense, particularmente a Curitiba, de há muito se impôs à admiração e ao respeito do seu povo que, por isso, hoje, regozija-se com tão grata efeméride.

Pelo feliz evento, portanto, requeiro, na forma regimental que se consigne na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozio e congratulações com o Corpo de Bombeiros, expedindo-se-lhe mensagem de felicitações na pessoa do seu ilustre Comandante, Cél. Alveir Lopes, extensivo a todos os abnegados soldados do Fogo, bem como ao Comandante da Polícia Militar Cél. José Carlos de Avelar.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1973.

(a) — Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer o encaminhamento, ao Exmo. Senhor Governador do Estado, de expediente pelo qual se transmita o empenho da Casa no sentido de que a Colônia Penal Agrícola e Industrial, a ser construída em cooperação com o Ministério da Justiça, através de convênio já celebrado, seja localizada no Município de Londrina, tendo em vista sua condição de mais populoso do Interior e de Centro Universitário da Região, cujo pessoal poderá ser aproveitado para o funcionamento rápido e eficiente daquela instituição.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1973.

(a) — Lázaro Dumont

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, após ouvido o Plenário, seja formada uma Comissão de 3 Deputados para representar a Casa na inauguração do Shopping Center de Londrina, no próximo dia 12.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1973.

(a) — Antônio Belinati.

Requerimento

Senhor Presidente:

Autorizado pelo Regimento Interno (art. 134, § 3.º, inciso V c/c/ § 2.º do art. 159), respectivamente, requeiro à Vssa Excelência, com aprovação do Plenário, votação nominal para o Projeto de Lei n.º 97-71.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1973.

(a) — Muggiati Filho

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 225-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à estadualização do Grupo Escolar "Castro Alves", funcionando no Distrito de Tupãnsi, Município de Assis Chateaubriand.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1973.

(a) — Aguinaldo Pereira Lima

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, devidamente inscrito para falar no Pequeno Expediente.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vez por outra, criticamos quando há razões para o fazer e, em outras oportunidades, elogiamos quando é o caso.

Há quatro anos temos tido a preocupação de lutar pela moralização do caso dos faturados e dos recibados. Fomos um dos primeiros, senão o primeiro Deputado, a defender aquelas milhares de párias que proliferam por todo o Estado em várias Secretarias e Departamentos.

Na sexta-feira, o Líder do Governo, Deputado Ivo Thomazoni, foi portador de uma Mensagem encaminhada pelo Sr. Governador a esta Casa dando uma condição legal aos faturados. Após a aprovação dessa Mensagem eles já não serão mais os funcionários marginalizados que eram desde aquela época.

Pedimos, na oportunidade, em 1969, a criação de um quadro auxiliar para que esse pessoal pudesse ser abrigado ou mesmo um quadro suplementar uma vez que no efetivo não haveria condições de serem os mesmos introduzidos. O que desejávamos era o vínculo empregatício porque os mesmos não tinham com o Governo este vínculo pois não pagavam INPS e nem IPE. Com essa Mensagem será sanada uma grande injustiça que a eles era praticada.

No dia de hoje, estamos endereçando um voto de congratulações ao Sr. Governador do Estado pela feliz iniciativa que teve, sexta-feira, em mandar, através do Líder do Governo, uma Mensagem que, após sua aprovação serão esses funcionários perfeitamente integrados na vida pública do Estado. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 93-73, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo doar através da Secretaria de Agricultura, três tratores marca "John Deer-730", à Cooperativa Agrícola de Irati Ltda., com sede na Cidade de Irati. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 121-73, de autoria do Dep. Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Santo Antônio da Platina, tratores que especifica, pertencentes a Secretaria de Agricultura. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., **Em Regime de Urgência.** — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 164-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 72-73, encaminhando anteprojeto de lei objetivando introduzir alterações na Lei n.º 6.264, de 10.01.72, que criou o Fundo de Reequi-

pamento do Trânsito — FUNESTRAN. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. **Em Regime de Urgência. Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 53-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 163-73, que aprova os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Cascavel, Curitiba, Congonhinhas, Dois Vizinhos, São Miguel do Iguaçu, Palmital e Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 97-71, de autoria do Dep. Alvaro Dias e outros, que revoga integralmente a Lei n.º 1, de 2 de junho de 1971, que revogou o art. 14, da Lei n.º 5.871, de 6 de novembro de 1968. (Estatuto do Magistério). Sem pareceres, **Em Regime de Urgência.**

PROJETO DE LEI N.º 97-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Revoga integralmente a Lei n.º 1, de 02 de junho de 1971

Art. 1.º — Fica revogada integralmente a Lei n.º 1, de 2 de junho de 1971, que revogou o art. 14, da Lei n.º 5.871, de 06 de novembro de 1968 (Estatuto do Magistério), o qual artigo, em consequência, fica revigorado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigência a contar da data de 2 de junho de 1971, revogadas quaisquer disposições em contrário, porventura existentes. Sala das Sessões, 09 de junho de 1971.

(aa) Deputados Alvaro Dias — Muggiati Filho — Nivaldo Kruger Antônio Belinati — Domício Scaramela — Nelson Buffara e Maurício Fruet

JUSTIFICAÇÃO:

O Presente projeto constitui prática de revogação específica de lei. Disciplinando a matéria inerente às regras sobre revogação de leis, em sua conhecida obra "Técnica Legislativa", à página 171, Hésio Fernandes Pinheiro dá ênfase a este item:

"1.º — Os atos, quando ab-rogados, expressa ou tácitamente, o são em definitivo, para sempre. Somente outro hierarquicamente idêntico ou superior pode revogar-lo, porém deve fazê-lo em forma expressa.

Não há dúvida, pois, quanto a esta preliminar: a lei revogatória pode ser revogada por outra lei, a qual, por sua vez, quando hierarquicamente idêntica, pode revogar a lei anteriormente derogada.

O art. 14 do Estatuto do Magistério, que constitui uma das grandes conquistas da Classe, merece ser revigorado, visto que se enquadra perfeitamente no princípio de direito que assegura igual oportunidade a todos e no de que a unidade nacional assenta nos ideais de liberdade e de solidariedade humana.

Data supra. Os mesmos.

LEI N.º 1

Data: — 02 de junho de 1971

Súmula: — Revoga o artigo 14, da Lei n.º 5.871 de 6 de novembro de 1968. A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo a seguinte Lei, nos termos do artigo 28, § 4.º, da Constituição Estadual.

Art. 1.º — Fica revogado o artigo 14, da Lei n.º 5.871, de 6 de novembro de 1968, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 02 de junho de 1971

(a) Antônio Franco Ferreira da Costa Filho — Vice-Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 97-71

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro seja ouvida a Secretaria da Educação e Cultura a respeito das implicações e sobre a conveniência para o interesse do Estado, que representa o presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 27 de outubro de 1971

(aa) Armando Queiroz — Relator

Wilson Brandão

Arthur de Souza

Ao referido Projeto, foi apresentado Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, solicitando votação nominal para o mesmo. **Rejeitado.** Em votação o Projeto.

O SR. MIGGIATI FILHO — (Pela Ordem) — Tenho a impressão que V.Exa. colocou em votação o Projeto? Foi votado o Requerimento pedindo votação nominal e V. Exa., a seguir, colocou em discussão? Se estiver em discussão, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a discussão, passamos à votação. O SR. MIGGIATI FILHO — Então, peço a palavra, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Nobre Deputado.

O SR. MIGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O encaminhamento de votação do presente Projeto tem por finalidade de nossa parte, como foi esta a finalidade do Requerimento pedindo a votação nominal e a Casa recusou, contra o voto da Bancada do MDB, que é a minoria nesta Casa, deixar uma vez mais reiterada posição do MDB com relação a este problema que foi criado com a revogação do Artigo 14 da Lei 5871 de 6 de novembro de 68.

Até então, o encaminhamento da nomeação de Diretores de Ensino era feita através de uma lista triplíce em que o professorado participava da sua indicação. Trata-se, como bem acentuou um jornal da época junto ao processo legislativo, de um ato, esse da lei que ora se pretende revogar, que veio ferir uma das principais conquistas do Magistério. A sanção do Projeto que torna sem efeito o Artigo 14 do Estatuto do Magistério constitui, dizem os licenciados, não somente uma traição à classe mas sobretudo perda de uma das maiores conquistas do professorado paranaense. Essa opinião foi manifestada ontem a "Folha" pelo professor Dino Zambenedetti, Presidente dos Professores Licenciados do Paraná, que deu as explicações para o seu desabafo. Temos certeza de que embora o pensamento do atual Secretário de Educa-

ção seja favorável à revogação da Lei que revogou o Artigo 14, para que se revigore o Artigo 14 do Estatuto do Magistério, o Secretário de Educação anterior nem sequer respondeu ao Pedido de Informações que lhe deve ter sido feito pela Comissão de Constituição e Justiça uma vez que aqui consta no bojo deste processo legislativo um Requerimento do ex-Deputado Armador Queiroz, pedindo a ouvida da Secretaria de Educação e Cultura, datado de 27 de outubro de 1971. Neste processo nada mais consta do que isto. Daí termos requerido, para que não fique como muitos outros processos que tramitam por esta Casa, que ninguém sabe o fim e para que não se repetisse o que tem acontecido com vetos que são votados e muitas vezes considerados aprovados por não virem a Plenário, a vinda deste Projeto à Ordem do Dia.

Respeitamos a opinião de cada um, principalmente o pré-julgamento havido já no pedido de votação nominal, mas podemos afirmar que hoje a Secretaria de Educação que conta à sua frente com um homem que realmente entendo destes problemas educacionais daria a este Projeto, temos quase a certeza, se tivesse sido ouvida, o seu referendo porque sobre este assunto inclusive em Plenário já se manifestou o antigo titular da Secretaria de Educação e Cultura.

Mas implicações políticas, no ano de véspera de eleições, em que a imprensa anuncia já a processualista para a distribuição dos legados políticos administrativos do Estado do Paraná, não vão permitir, por certo, uma votação isenta deste Projeto.

Apenas, porque entendemos que legislar é procurar resolver os problemas que existem em relação ao povo e aqueles que servem o povo e portanto o Projeto é isento de qualquer vínculo político partidário. Nem se pode encerrar um Projeto sob este aspecto a não ser que diga respeito exclusivamente à política, a um assunto político, a nós cabe o registro, encaminhando a votação, mesmo sem ter feito qualquer consulta prévia a meus colegas de Bancada por ser desnecessário, uma vez que todos são co-autores deste Projeto, estando a ele perfeitamente vinculados.

O Movimento Democrático Brasileiro, através de sua Bancada nesta Casa, defende a revogação da Lei n.º 1, de 2 de junho de 71 porque ela em grande parte acabou com a politiquice dentro do ensino. Este Artigo 14, que acabou com a politiquice dentro do ensino, foi revogado pela lei n.º 1, de 2 de junho de 1971. Por isto se pede a revogação dessa lei n.º 1, de 2 de junho de 1971 para que se revigore o Artigo 14 do Estatuto do Magistério.

Entendemos que seria um ato que representaria a vontade do Magistério e que afastaria do ensino a nefasta prática da politiquice. Muito obrigado! — (Sem revisão do orador).

O SR. ALVARO DIAS — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Finalmente, depois de dois anos o Projeto de Lei apresentado no dia 9 de junho de 1971 vem para discussão em Plenário.

O Art. 14 do Estatuto do Magistério tem sido motivo de discussões, de debates não só no Plenário desta Casa de Leis, mas, principalmente nas Associações que representam o professorado paranaense, nos corredores e nas salas de nossas escolas, por professores que se preocupam com a costureira ingerência indevida nos setores educacionais, por professores que defendem o direito adquirido através uma das maiores conquistas do Magistério paranaense, o seu Estatuto, conquista essa alcançada quando era Secretário da Educação do Governo Paulo Pimentel o atual Secretário, Cândido Martins de Oliveira.

Apresentamos esse Projeto de Lei no dia 9 de junho de 1971, procurando corrigir uma injustiça, uma distorção no Estatuto do Magistério. Naquela época em que o ambiente político do Paraná era dos mais conturbados, naquela época em que o Paraná dirigido por um Governador que não entendia os anseios e aspirações do povo paranaense, este mesmo Paraná se viu envolvido por crises políticas das mais diversas. E, justamente, em razão das crises, houve a renovação da lei n.º 1, do Art. 14 do Estatuto do Magistério que garantia ao professorado paranaense a livre escolha de seus dirigentes.

Srs. Deputados, como já disse o Deputado que me antecedeu nesta Tribuna a modalidade daqueles que se dedicam à educação no Paraná nos dias de hoje, vem de encontro ao Estatuto do Projeto que ora discutimos. O Art. 14 do Estatuto do Magistério que estabeleceu a lista tripartite para escolha dos Diretores de Escola foi criado, originou-se quando Secretário Cândido Martins de Oliveira. Ele mesmo teve a oportunidade, nesta Casa, de defender, de esposar seu ponto de vista com relação a liberdade de escolha por parte do professorado paranaense dos Diretores dos Estabelecimentos de Ensino.

Não vejo razões, portanto, Srs. Deputados, para que este Projeto seja rejeitado. Este é o instante de devolvermos ao professorado paranaense uma das suas conquistas, é o instante de fazermos justiça neste instante, e de corrigirmos um erro cometido por esta Casa, em dias conturbados. Hoje, com a tranquilidade, com a paz, o ambiente que se respira, politicamente, no Paraná, pelo menos bastante distante daquele ambiente respirado em 1971 quando houve a revogação do Artigo 14, há possibilidade, temos certeza, de que prevalecerá o critério de justiça e de bom senso dos Srs. Deputados, na aprovação de um Projeto que propomos em 1971, para que se faça justiça, novamente, à classe dos professores.

Tomo a liberdade de ler, para que se recorde, a Justificativa que apresentamos ao Projeto de Lei ora em discussão. (Lê):

"O presente Projeto constitui prática de revogação específica de Lei. Disciplinando a matéria inerente às regras sobre revogação de Leis em sua conhecida obra "Técnica Legislativa", à página 171, Hesio Fernandes Pinheiro dá ênfase a este item:

"Os atos, quando ab-rogados, expressa ou tacitamente, o são em definitivo, para sempre. Somente outro hierarquicamente idêntico ou superior pode reivindicá-lo, porém deve fazê-lo em forma expressa".

Não há dúvida, pois, quanto a esta preliminar; a lei revogatória pode ser revogada por outra lei, a qual, por sua vez, quando hierarquicamente idêntica, pode revogar a Lei anteriormente derogada.

O Art. 14 do Estatuto do Magistério, que constitui uma das grandes conquistas da Classe, merece ser revigorado, visto que se enquadra perfeitamente no princípio de direito que assegura igual oportunidade a todos e no de que a unidade nacional assenta nos ideais de liberdade e de solidariedade humana".

Assinam os Projetos de Lei todos os Deputados do MDB, solidários com a intenção nossa ao propormos a referida Lei. Temos certeza que o apoioamento dos nobres Pares na data de hoje, representará única e exclusivamente a atenção aos anseios, aos desejos, aos reclamos dos mestres esparramados pelo Paraná afora, que prestam à causa da educação, relevantes serviços — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente e Srs. Deputados. Está na pauta da Ordem do Dia, em 1.ª Discussão, o Projeto de Lei n.º 97-71, de autoria do Deputado Alvaro Dias com apoioamento dos Srs. Deputados integrantes da Bancada do Movimento Democrático Nacional.

Pretende, ou pretendem Suas Excelências, a revogação da Lei n.º 1 de Junho de 1971, Lei que por sua vez revogou o Artigo 14 da Lei n.º 5.871, de Novembro de 1968.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, na legislatura que antecedeu a esta, a Lei n.º 1, quando ainda Projeto em tramitação nesta Casa, foi objeto de acirradas discussões, entre membros das diferentes Bancadas. Lembro-me que o Sr. Governador do Estado, na época, silenciou quando à sanção ou o Veto da Lei mencionada.

Os episódios sucederam-se e tivemos, nesta Casa, que interpretar dispositivo constitucional para que se chegasse à conclusão e que pudesse, esta Casa, promulgar o referido Plano de Lei, para que só então fosse posto em execução. Muito embora emittentes Deputados profundos conhecedores do Direito Constitucional, admitissem que o silêncio governamental na época considerava taxativamente a Lei promulgada. Na época, o Sr. Presidente da Assembléia, recusou-se à promulgação e o Vice-Presidente em exercício também se recusava a tanto, para finalmente, depois de muitas discussões, objeto que como eu disse, até de divisão da Bancada situacionista, foi a Lei n.º 1 promulgada e posta em execução. O eminente Deputado Alvaro Dias, com o apoioamento dos Srs. Deputados do MDB, propuseram à Casa a revogação da Lei n.º 1. Nenhuma Comissão Técnica falou sobre o assunto. O Secretário de Educação e Cultura, que se pretendeu ouvir, não respondeu o Pedido de Informações, quando o Projeto baicou o "diligência". O que sabemos é que mais tarde a Secretaria de Educação já estava com o novo Estatuto do Magistério, pronto, e em vias de ser encaminhado a esta Casa através de Mensagem Governamental. É possível que nos próximos dias receba a Assembléia do Estado, Ante-Projeto da Lei que visa instituir o novo Estatuto do Magistério. Esta é uma das razões pela qual os Deputados integrantes da Bancada da ARENA, consultados, não induzidos absolutamente, consultados sobre a matéria expressaram-se contrários à aprovação do Projeto de Lei n.º 97-71. Não vamos reviver aqui as argumentações, aqui expendidas na legislatura passada, quando este matéria foi objeto de debates. Porque eu me lembro, desta Tribuna, alguns dos Srs. Deputados, defensores da Revogação do Artigo 14, que se estava transferindo a política da área política para dentro dos educandários. Estava se permitindo as professoras que se processasse campanhas políticas visando a elaboração de lista tripartite. Esta campanha, visando a elaboração da lista tripartite, conferiu às candidatas à Direção do Estabelecimento, competência para promover às professoras o amolecimento nas frequências do ponto. Permitiu noutras épocas, promessas de viagens ou de isenção de responsabilidade de reger classe e outros favores necessários para que quando o colegiado de professores votasse para a elaboração da lista tripartite, o faziam no sentido de votar em alguém que, de antemão, assumisse compromisso eleitoreiro junto aos professores. Lembro-me que aquela foi uma das argumentações defendidas aqui por alguns dos Srs. Deputados e conferido mais tarde, se comprovou de que muitas escolhas em lista tripartite foram mal sucedidas. Foram entregues muita direção de muitos estabelecimentos de Ensino à pessoas que não tinham competência de bem dirigir o estabelecimento. No entanto, o Governo do Estado estava impedido a afastar a Diretora, porquanto o Artigo 14 lhe confere uma estabilidade de dois anos. É verdade que se contra-argumentou, mas é verdade também que a Casa já na época se fixou esmagadoramente favorável à Lei n.º 1, aquela que revogou o Artigo 14 do Estatuto do Magistério.

Volto a dizer, como estávamos na véspera ou antevéspera da chegada nesta Casa do novo Anteprojeto que visa instituir o novo Estatuto do Magistério, que não vejo razão que se prejudique alguém revogando ou rejeitando este Plano de Lei.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na condição também de autor do presente Projeto, gostaria de ocupar esta Tribuna, não para fazer maiores considerações acerca do mesmo, já que os oradores que me antecederam assim o fizeram, abordando o problema sob os diversos aspectos que ele comporta. Entretanto aqui compareceu o nobre Líder do Governo, dizendo que a matéria possivelmente será abordada no corpo do Estatuto do Magistério que deverá dar entrada nesta Casa em breves dias e, segundo S.Ex.a, estamos na véspera ou talvez na ante-véspera de termos a oportunidade de examinar nesta Casa um Estatuto do Magistério, aquele mesmo Estatuto que já foi examinado e aprovado em vários Estados da Federação.

Justamente como o assunto é conexo, e o Líder do Governo reconhece isto, gostaria, sem abusar da bondade de S.Ex.a e de sua generosidade, de solicitar a especial fineza de, na condição de Líder do Governo, trazer a esta Casa e ao professorado paranaense uma definição daquilo que S.Ex.a, daquilo que o Sr. Governador do Estado, melhor dizendo, entende por véspera ou ante-véspera, isto é, quando dará entrada na Casa o Estatuto, se será neste ano ou no ano vindouro.

Na verdade acho que estamos já em tempo de examinar esta matéria. O Anteprojeto já foi feito, sofreu várias discussões, nomeou-se Comissão, a Comissão já discutiu, voltou a Palácio o Estatuto e eu temo, confesso a S.Ex.a, que este Anteprojeto não dê entrada nesta Casa ainda no correr deste ano.

Gostaria, como disse que estamos na véspera ou ante-véspera, que precisasse mais ou menos isto para que soubéssemos o que pretende S.Ex.a. o Governador do Estado com relação a este Anteprojeto. Se dará entrada nesta Casa para exame dos Deputados ainda no correr do ano de 1973.

Creio que não estou abusando da bondade do nobre Líder, sei que S.Ex.a, na qualidade de representante nesta Casa do ponto de vista oficial, irá trazer aqui os esclarecimentos que solicitei porque, na verdade, é uma pergunta feita hoje por todo o professorado paranaense.

Apenas, terminando, Sr. Presidente, minhas palavras, quero também aqui me solidarizar com o pronunciamento feito desta Tribuna pelos Deputados Muggiati Filho e Alvaro Dias.

Acompanhei de fato a repercussão da promulgação da lei que revogou o celebre Artigo 14. Vi aquilo que todo o Paraná viu, que o interesse político

predominava na promulgação daquela lei. É o critério de comandos políticos que temos combatido nesta Casa e que, observamos, vem ganhando corpo em todo o Estado do Paraná. Tanto isto é verdade que os Prefeitos da ARENA se reúnem neste Estado e se manifestam em termos de associação contra o absurdo critério dos comandos políticos até há pouco negado, mas, agora, oficializado porque a própria imprensa do Estado publica os critérios de distribuição dos chamados comandos políticos. Estabeleceram um critério de votos: pesa sessenta quilos, mais um ponto.

A "Gazeta do Povo" publicou domingo os critérios, através dos quais estão sendo distribuídas as lideranças políticas, aquilo que, sabemos, se chama, na realidade, comando político.

Pretendo tratar deste assunto mais à frente porque tenho em mãos a decisão de uma Associação de Prefeitos que se manifestou contra o critério.

É preciso que nos unamos nesta Casa, acredito que contarei com a boa vontade dos nobres Deputados do Governo, para libertar o Governador e os Srs. Prefeitos deste critério absurdo. Já foi dito pelo líder do Governo desta Tribuna, que o Deputado conhece o problema regional e, portanto, tem melhores condições de indicar os elementos mais credenciados para ocupar determinados cargos, porque vive diretamente com a Região. Vou mais além de S.Exa.. Acredito que o Prefeito tem muito melhores condições para saber, na verdade, dentro do âmbito de seu Município, quem está mais credenciado.

Vamos todos nós promover desta Tribuna uma luta para a libertação do Governador e uma luta para a libertação dos Prefeitos, porque o critério dos comandados diminui a autoridade do Governo do Estado e em nada eleva a desta Casa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Projeto de Lei n.º 97-71.

A Mesa esclarece aos Srs. Deputados que, em razão de não ter pareceres o Projeto de Lei n.º 97-71, a votação será feita em ordem inversa. Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto queiram se levantar. Rejeitado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, apesar de ter votado contrariamente ao Requerimento que pedia que a votação do projeto fosse feita nominalmente. — votei contrário por deliberação do líder do Governo, — quero que V.Exa. faça constar em Ata que votei contrariamente ao Projeto de Lei que visava restabelecer uma exceção, que era o Art. 14 do Estatuto do Magistério Público.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa fará registrar na Ata dos trabalhos o voto do Deputado Erondy Silvério.

O SR. ALVARO DIAS — (Pela ordem) — Sr. Presidente, quer me parecer que não há quorum suficiente para a votação, daí porque requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao Deputado que é matéria vencida.

O SR. ALVARO DIAS — (Pela Ordem) — Eu só posso pedir verificação de quorum, depois da matéria votada. Em seguida à votação, o Deputado Erondy Silvério pediu a palavra Pela Ordem; eu tive, é óbvio, que aguardar primeiramente o pedido do Deputado Erondy Silvério. Somente após, é que eu poderia pedir verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere a Questão de Ordem do nobre Deputado Alvaro Dias, e para a verificação de quorum solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem). — Sr. Presidente, regimentalmente aceito a decisão de V.Exa., tanto pelo Regimento Interno como pelo respeito que me merece V.Exa.; todavia, a Mesa incorreu num deslize regimental, porquanto V.Exa. já havia anunciado o resultado da votação. Solicitei a palavra pela ordem. Podia estar ligada à matéria que a Casa já havia apreciado cujo resultado V.Exa. já havia anunciado, como poderia não estar ligada àquela matéria. Além do mais, V. Exa. já havia anunciado a leitura da pauta dos trabalhos, a fim de anunciar a próxima matéria. Portanto, é matéria vencida, não cabe essa Questão de Ordem. Aceitarei, pelo respeito que me merece V.Exa. e também porque V.Exa. tomou uma decisão.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa que, qualquer Deputado, regimentalmente, pode pedir verificação de quorum, e o quorum será verificado. Agora, independe da votação do Projeto de Lei n.º 97-71.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Então V.Exa. já ratificou o resultado da votação? Retiro então e agradeço a V.Exa. a Questão de Ordem anteriormente solicitada.

O SR. ALVARO DIAS — (Pela Ordem). — Verifico que, neste instante já há quorum para a votação de qualquer matéria. Por essa razão, retiro o pedido feito anteriormente.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e prossegue com a votação.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 26-73, de autoria do Dep. Rosário Pitelli, que declara de Utilidade Pública, o Centro Procopense de Combate ao Câncer Genital Feminino Dona Joana Athaide, da Cidade de Cornélio Procopio. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 26-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Súmula: — Declara de Utilidade Pública o "Centro Procopense de Combate ao Câncer Genital Feminino "Dona Joana Athaide" de Cornélio Procopio.

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública, o Centro Procopense de Combate ao Câncer Genital Feminino D. Joana Athaide, de Cornélio Procopio.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1973.

(a) Rosário Pitelli

JUSTIFICATIVA:

O Centro Procopense de Combate ao Câncer Genital Feminino, é uma associação Civil, sem fins lucrativos e que foi fundada na cidade de Cornélio Procopio em 6 de outubro de 1970.

Sua finalidade principal é de orientar a organização de serviços de com-

bate ao câncer genital feminino, propiciando as senhores interessadas a oportunidade de exames preventivos. Desde sua fundação, através de suas diretorias, vem o Centro prestando relevantes serviços não só a população de Cornélio Procopio, mas de toda uma vasta região, encaminhando as pessoas portadoras do mal à hospitais especializados. Em reconhecimento ao real valor dos serviços prestados pela referida associação, a Câmara Municipal de Cornélio Procopio, já a reconheceu como de Utilidade Pública, através da Resolução n.º 3-72.

Assim, apresentamos o presente Projeto de Lei à consideração de nossos pares, esperando que se lhe dê o indispensável apoio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 26-73

AUTOR — Dputado Rosário Pitelli

SÚMULA: — Declara de Utilidade Pública o "Centro Procopense de Combate ao Câncer Genital Feminino D. Joana Athaide", de Cornélio Procopio.

PARECER

O objetivo do presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Rosário Pitelli, é de declarar de Utilidade Pública o "Centro Procopense de Combate ao Câncer Genital Feminino D. Joana Athaide", de Cornélio Procopio.

Referida entidade é uma associação civil, sem fins lucrativos e que foi fundada na cidade de Cornélio Procopio em 6 de outubro de 1970, tendo por finalidade principal orientar a organização de serviços de combate ao cancer genital feminino e ao mesmo tempo realizar exames preventivos.

Preenchendo todos os requisitos da Lei pertinente à matéria e não havendo nenhum impedimento que se lhe possa antepor, opino pela aprovação do Projeto, para posterior tramite regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.6.73.

(aa) (Ass. ilegível) — Presidente

Deputado Paulo Camargo — Relator

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 26-73

AUTOR: Rosário Pitelli

SÚMULA: Declara de utilidade pública, o Centro Procopense de Combate ao câncer genital feminino Dona Joana Athaide, da cidade de Cornélio Procopio.

PARECER:

Tratando-se de uma organização de real valor, sem fins lucrativos, tendo por finalidade orientar a organização de serviços de combate ao cancer genital feminino, não encontramos nenhum impedimento na sua aprovação.

Nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 2 de agosto de 1.973

aa) (Assinatura ilegível) — Presidente

(Assinatura ilegível) — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 65-73, de autoria do Dep. Cândido M. de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), à menor orfã Mônica Angélica Silveira. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 65-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), à menor orfã Mônica Angélica Silveira.

Art. 2.º — A despesa com a execução da presente Lei ocorrerá a conta da dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1973.

a) Cândido Manuel Martins de Oliveira

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei visa amparar a orfã menor Mônica Angélica Silveira, filha de Milton Silveira e Marli Capri Silveira, os quais pereceram por afogamento, no dia 16 de dezembro de 1969, na praia de Guaratuba, conforme atestados dos óbitos anexos de números: 3089 e 3090. Milton Silveira, era funcionário contratado do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, não deixando qualquer recurso para manutenção da mesma.

É, portanto, justo que se conceda a medida pleiteada, de grande alcance social para que se cumpra a trilogia: alimentação, vestuários e educação da beneficiada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 65-73

De autoria do ilustre Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira, o presente Projeto de Lei, autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a menor orfã Mônica Angélica Silveira.

A proposição obedece os requisitos regimentais e constitucionais, e a justificativa é plenamente convincente.

Pela aprovação.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 30-5-73

aa) (Assinatura ilegível) — Presidente

(Assinatura ilegível) — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 65-73

PARECER

De autoria do nobre Deputado Cândido M. Martins de Oliveira, o Projeto de Lei em exame por esta Comissão, visa conceder a menor orfã Mônica Angélica Silveira, mediante autorização ao Poder Executivo, uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros).

Sobre a matéria já opinou favoravelmente a Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o aspecto financeiro que a esta Comissão cabe examinar, não há qualquer óbice que se lhe anteponha, visto tratar-se de mera autorização ao Poder Executivo e o objetivo altamente humanitário que a medida se propõe.

Destarte, opino pela APROVAÇÃO do Projeto.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 21-8-73.

aa) (Assinatura Ilegível) — Presidente

(Assinatura Ilegível) — Relator

(Assinaturas Ilegíveis)

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 67-73, de autoria do Dep. Igo Losso, que declara de Utilidade Pública, as obras de Assistência Social e Educativa Bom Pastor, com sede na Cidade de Mandaguari. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 67-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública as Obras de Assistência Social e Educativa Bom Pastor, com sede em Mandaguari — Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1973.

Deputado Igo Iwant Losso

JUSTIFICATIVA:

As Obras de Assistência Social e Educativa Bom Pastor de Mandaguari é uma sociedade civil, de caráter assistencial e educativa, sem visar lucros, conforme dispõe o artigo 1.º dos estatutos. Além desta finalidade genérica, visa a entidade manter escola primária e média, promover o bem estar social com ajustamento das crianças e adolescentes que necessitam de uma sadia orientação. Procura a obra cooperar ainda com a iniciativa privada com instituições públicas e particulares, objetivando o desenvolvimento cultural e profissional da comunidade, por intermédio de uma educação integrada e voltada para os diversos setores das atividades humanas.

Com seus estatutos anexos registrados sob n.º 50, livro A-1 do Registro de Títulos e Documentos de Mandaguari, a obra já foi declarada de utilidade pública municipal pela Revolução n.º 5-68 de 17 de setembro de 1968, conforme certidão junto ao presente projeto.

Assim, estando a entidade em regular funcionamento e não remunerando a sua diretoria, completa as condições de merecedora do apoio e aprovação dos nobres pares, para relevante atividade social que exerce no seio não só da comunidade mandaguariense, como também nos municípios circunvizinhos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 67-73

1 — O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Igo Iwant Losso, visa declarar de utilidade pública as Obras de Assistência Social e Educativa Bom Pastor, com sede e foro na cidade de Mandaguari.

2 — Examinando o Estatuto da referida entidade, constatamos que a mesma preenche aos requisitos exigidos pela legislação que regulamenta a declaração de utilidade pública, ou seja: a) — que a mesma está em efetivo funcionamento e serve desinteressadamente à coletividade; que tem personalidade jurídica e; que os cargos de sua diretoria não são remunerados a qualquer título.

3 — Face as considerações expostas, não vemos qualquer impedimento legal ou constitucional que se lhe anteponha, razão pela qual somos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973.

aa) (Assinatura Ilegível) — Presidente

Sebastião Rodrigues Júnior — Relator

(Assinaturas Ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 67-73

PARECER:

O presente projeto de lei, merece apoio e aprovação desta Comissão, tendo em vista os relevantes serviços prestados a comunidade de caráter assistencial e educativo.

Quanto ao aspecto financeiro que cabe a esta Comissão analisar não encontramos nenhum impedimento.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21 de agosto de 1973

aa) (Assinatura Ilegível) — Presidente

(Assinatura Ilegível) — Relator

(Assinaturas Ilegíveis)

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 103-73, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Santa Amélia, os tratores que especifica, pertencentes a Secretaria de Agricultura e considerados inservíveis. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI No. 103-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, à Prefeitura Municipal de Santa Amélia, os tratores "Allis Chalmers" D-14, série números 23605 e 24010, respectivamente, pertencentes à Secretaria de Agricultura e considerados inservíveis.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em... de maio de 1973

a) Gabriel Manoel

JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Santa Amélia, enfrentando dificuldades financeiras, como sóe acontecer com as administrações municipais do interior do Estado, não conta com recursos suficientes para aquisição dos maquinismos

necessários à conservação e melhoria de suas estradas. Constatada a existência, na Secretaria de Agricultura, de tratores considerados inservíveis e, portanto, em desuso, com possibilidades de recuperação pela municipalidade interessada, a doação pretendida representará valiosa colaboração do Poder Executivo ao Município em epígrafe, ensejo que, com meios próprios recupere os citados tratores e aparelhe a administração municipal, dando-lhe melhores condições para o atendimento dos encargos que lhe competem.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 103-73

I — De autoria do ilustre Deputado Gabriel Manoel, visa o presente plano de Lei, autorizar o Poder Executivo a doar, à Prefeitura Municipal de Santa Amélia, os tratores "Allis Chalmers", D-14, Série 23605 e 24010, respectivamente, pertencentes à Secretaria de Agricultura e considerados inservíveis.

II — Trata-se de simples autorização legislativa, inexistindo, por isso, qualquer impedimento de ordem legal ou constitucional à sua aprovação, daí nos manifestarmos favoravelmente ao projeto sob exame.

E o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973.

aa) (Assinatura Ilegível) — Presidente

Dep. Igo Iwant Losso — Relator

(Assinaturas Ilegíveis)

PARECER

COMISSÃO DE FINANÇAS

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 103-73, de autoria do nobre Deputado Gabriel Manoel e que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Santa Amélia, os tratores marca "Allis-Chalmers", modelo D-14, séries de números 23605 e 24010, respectivamente, pertencentes à Secretaria de Agricultura e considerados inservíveis.

2. Havendo já a douta Comissão de Constituição e Justiça, em R. Parecer de fls., dos Autos, se pronunciado pela constitucionalidade e legalidade da proposição, não vê esta Comissão de Finanças, no que lhe concerne, como deixar de dar sua aprovação ao Projeto de Lei testilhado.

Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, s.m.j.

aa) (Assinatura Ilegível) — Presidente

Deputado João C. Fadel — Relator

(Assinaturas Ilegíveis)

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 170-73, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Contenda, um (1) trator com rado marca John Deere, modelo 730-S, Série 7325945, pertencente a Secre'aria de Agricultura. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 170-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Contenda um (1) trator de marca John Deer, modelo 730-S, Série 7325945, com arado, pertencente a dotação da Secretaria da Agricultura.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1973.

a) Leopoldo Jacomel

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa dar auxílio aos agricultores do interior, através de suas Prefeituras Municipais carentes desse equipamento.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 170-73

O presente Projeto de Lei, de autoria do deputado Leopoldo Jacomel, autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Contenda, um trator com arado marca John Deer, modelo 730-S, Série 7325945, com arado, pertencente a dotação da Secretaria da Agricultura.

A proposição é meramente autorizatória não encontrando, por isso mesmo, nenhum impedimento de ordem constitucional ou legal para a sua aprovação.

E o parecer.

Sub-censura.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 1973.

aa) (Assinatura Ilegível) — Presidente

Dep. Ovídio Franzone — Relator

(Assinaturas Ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 170-73

PARECER:

O presente projeto de lei, já devidamente aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, é matéria meramente autorizatória, não apresenta nenhum impedimento de ordem financeira.

A matéria é oportuna, tendo em vista que as Prefeituras Municipais, são carentes de equipamento desse tipo.

Nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 4 de setembro de 1973

aa) (Assinatura Ilegível) — Presidente

(Assinatura Ilegível) — Relator

(Assinaturas Ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Muggiati Filho e Xenofonte Villanueva, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Armando Lago Albuquerque. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo e congratulações pela passagem do 61.º aniversário do Corpo de Bombeiros. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando encaminhamento ao Sr. Governador do Estado, de expediente pelo qual se transmita o empenho da Casa no sentido de que a Colônia Penal Agrícola e Industrial, a ser construída em cooperação com o Ministro da Justiça, através de convênio já celebrado, seja localizada no Município de Londrina. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja formada uma Comissão de três Srs. Deputados para representar a Casa, na inauguração do Shopping Center de Londrina, no próximo dia 12. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Governador do Estado pelo envio de Mensagem 84-73, que objetiva normalizar a situação dos servidores "faturados". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 61.o aniversário da Fundação do Corpo de Bombeiros. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.o 144-73, bom como sua inclusão na Ordem do Dia da próxima Sessão. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para as Proposições n.os 223-73 e 224-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Jornalista Milton Camargo de Oliveira. — **Aprovado.**

Esta Presidência designa o dia 24 deste mês, à Hora Regimental, quando o Presidente do Tribunal de Contas, Dr. Rafael Iatauro virá a esta Casa, a convite de Requerimento aprovado de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, para proferir palestra sobre atividade daquela Corte no plano estadual.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para amanhã, dia 9, terça-feira, às 14.00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.o 223-73.

E uma Sessão Ordinária, também para amanhã, dia 9, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.o 53-73.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 26-73, 65-73, 67-73, 103-73 e 170-73.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 141-72, 181-72 e 144-73.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N.o 254-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.o 9.648, de 1.o de outubro de 1.973, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a Julieta Rosa Sampaio, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1972, a partir de 2 de outubro de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 4 de outubro de 1973

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.o 255-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.o 9.663, de 1.o de outubro de 1.973, deste Poder,

R E S O L V E:

designar o funcionário Bolivar Camargo de Barros, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, a partir de 1.o de outubro de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 4 de outubro de 1973

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.o 256-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.o 9.635-73, de 1.o de outubro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E:

designar, na forma que especifica, os funcionários adiante indicados, da Secretaria desta Assembléia, para prestarem serviços na elaboração do Orçamento Geral do Estado, para o exercício de 1974 e o Orçamento Plurianual de Investimentos para os exercícios de 1974, 1975 e 1976, percebendo gratificação especial de acordo com o Art. 172, alínea VI, da Lei n.o 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Coordenador Geral — Antonio Gebran.

Assessores — Aimoré Od Rocha, Antonio Anibelli, Fabiano Siqueira Cunha, Fausto Luiz Abry, Francisco A.R. da Costa Neto, Ithor Baraniuk, Luciano Lacerda Filho, Manuel Fernandes Maia Jr., Ivo Gusso, Luiz Fernando Martins Kosop.

Diretor do D.L. — Alberto Carazzai Neto.

Diretor do D.F.C.P. — Ronaldo Baptista.

Diretor do D.A. — Clóvis S. de Souza.

Secretária da Comissão — Elcy Silva Batista.

Diagramadores — Agildes de Oliveira Martins, João Alberti Andretta, José Tavares Canto Filho, Juarez de Quadros Gonçalves, Williams Rolando Romanzini.

Datilógrafos — Almir Santos, Antonio Carlos Dantas, Blumer Bosquilia, Bolivar Camargo Barros, Carlos Douglas Bukowski, Manoel Aguiar Filho, Celso Aparecido de Castro, Eleovan Cesar Ribeiro, Farid Luiz Guérios, Gabriel Luiz Franceschi, Raimundo Carlos Cappela Pioli, Edmir Enézio da Silva, Ismar Delagassa Passos, José de Arimathea Cleto, José Guilhermino Filgueiras, Luiz Carlos Molinari, Luiz R. Bittencourt, Nelson Silvio Salles, Mário Henrique da Cruz, Osmar Luiz Delagassa Passos, Walter Adão P. de Macedo, Luiz Carlos Licheski, Celso Faraco, Adilson Vicentini, Lóris Cordeiro de Barros, Laertes Luiz Foggato, José Olímpio S. Maior Macedo, Luiz Francisco Fontoura.

Impressores — Francisco Bubniak, Jair Cordeiro F. Alves.

Auxiliares — Abib Miguel, Edu Liberti, Raul Zipperer.

Portaria — Abel Frediano Marchiorato, Antonio Gulbino.

Motorista — Luiz Lima.

Gabinete da Diretoria Geral, em 5 de outubro de 1973

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral